

Vogais suplentes:

1.º Vogal — Lic. Susana Paula Dias Carujo Quina Emídio, Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça;

2.º vogal — Lic. Álvaro Davide Esteves Pires, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

21 de Novembro de 2008. — A Directora-Geral, *Rita Brito*.

#### ANEXO

I — Programa da prova de conhecimentos gerais

1 — Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:

1.1 — Regime de férias, faltas e licenças;

1.2 — Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;

1.3 — Estatuto disciplinar dos funcionários e agentes da Administração Pública;

1.4 — Deontologia do serviço público;

2 — Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto o concurso.

II — Legislação

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações contidas na Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e nos Decretos-Lei n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, 157/2001, de 11 de Maio, 169/2006, de 17 de Agosto e 181/2007, de 9 de Maio, e na Portaria n.º 666-A/2007, de 01 de Junho;

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 404-A/89, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 407/91, de 17 de Outubro, e 218/98, de 17 de Julho;

Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril;

Carta Ética — Dez princípios éticos da Administração Pública.

Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de Abril;

Portaria n.º 513/2007, de 30 de Abril;

Despacho n.º 15 355/2007, de 13 de Julho, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 5406/2008, de 28 de Fevereiro.

### Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

#### Despacho (extracto) n.º 30968/2008

Por despacho de 25 de Setembro de 2008, do Ministro da Justiça, e nos termos do regime previsto no artigo 17.º, n.º 1, n.º 3, alínea a) e n.º 5 do Decreto-Lei n.º 351/99, de 3 de Setembro, e artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 125/2007 de 27 de Abril, foi Ana Maria Almeida Spencer Salomão, Assessora Principal, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, designada pelo período de três anos para o exercício de funções de Direcção do Estabelecimento Prisional Regional de Faro, com efeitos a 1 de Outubro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

6 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

#### Despacho n.º 30969/2008

Por despacho de 15 de Outubro de 2008, do Ministro da Justiça, e nos termos do regime previsto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 351/99, de 3 de Setembro, foi Ana Paula Felicíssimo Ramos, Administradora Prisional de 4.º grau, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, designada pelo período de três anos para o exercício de funções de Direcção do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz, com efeitos a 15 de Outubro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

6 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

#### Despacho n.º 30970/2008

Por despacho de 16 de Outubro de 2008, da Directora-Geral dos Serviços Prisionais, e nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, foi Carla Alexandra Figueiredo Maia, Técnica Superior de 1.ª classe, designada adjunta da Directora do Estabelecimento Prisional Regional de Silves, em regime de comissão de serviço pelo período de três anos, com efeitos à data do despacho.

6 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

### Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos

#### Despacho n.º 30971/2008

Por despacho da Directora-Geral, de 22 de Outubro de 2008, Sofia Modesto Carvalho Bravo, guarda prisional, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, escalão 4, índice 150, foi autorizada a iniciar licença sem vencimento de longa duração, nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a 01 de Novembro de 2008.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

### Directoria Nacional da Polícia Judiciária

#### Aviso n.º 28628/2008

#### Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de especialista superior estagiário para o Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária — área de documentos

1 — Nos termos do disposto no n.º 2, alínea b), do artigo 34.º e no n.º 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os candidatos admitidos ao concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de especialista superior estagiário, para o Laboratório de Polícia Científica — área de documentos, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, de 18 de Junho de 2008, ficam notificados de que a prova escrita de conhecimentos específicos, referida no n.º 7, alínea a), do aviso de abertura do concurso, terá lugar no dia 13 de Dezembro de 2008.

2 — Local e horário para a realização da prova — Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, sito na Quinta do Bom Sucesso, Barro, 2670-345 Loures, às 10 horas.

3 — Os candidatos deverão comparecer no respectivo local quinze minutos antes da hora indicada no n.º 2 do presente aviso, munidos de bilhete de identidade ou de outro documento de identificação autêntico e com fotografia;

4 — Mais se informam os candidatos de que a indicação da sala de prestação da respectiva prova poderá ser consultada na página oficial da Internet desta Polícia Judiciária [www.pj.pt], a partir da data da publicação do presente aviso.

20 de Novembro de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

### MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

#### Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais

#### Aviso (extracto) n.º 28629/2008

Por despacho de 17 de Novembro de 2008 do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, foi anulado o Concurso interno de acesso geral pata o provimento de 1 lugar na categoria de técnico superior de 1.ª classe, publicitado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 221, de 13 de Novembro de 2008.

24 de Novembro de 2008. — A Directora, *Fernanda Piedade Martins Chilrito Mendes Bernardo*.

#### Despacho n.º 30972/2008

Por despacho do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, de 11 de Novembro de 2008, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 3 e do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, mantida em vigor por força do disposto no n.º 2 do artigo 88.º da Lei n.º 12-A/2007, de 28 de Dezembro, foi a assessora Eng.ª Maria Margarida Soares de Campos Faria da Costa, pertencendo ao quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente, gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente, nomeada na categoria de assessora principal, escalão 1, índice 710, da mesma carreira.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Novembro de 2008. — A Directora, *Fernanda Piedade Martins Chilrito Mendes Bernardo*.

#### Despacho (extracto) n.º 30973/2008

Por despacho do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, de 13 de Novembro de 2008, ao abrigo do disposto no n.º 1 e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 07 de Abril, foi o técnico superior de 2.ª classe Pedro Manuel da Fonseca Antunes, pertencendo ao quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente, gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente, nomeado na categoria de técnico superior de 1.ª classe, escalão 1, índice 460.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Novembro de 2008. — A Directora, *Fernanda Piedade Martins Chilrito Mendes Bernardo*.

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

#### Aviso n.º 28630/2008

Por despacho do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de 19 de Novembro de 2008, com parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi Paulo Adriano Tenedório Ferreira, técnico superior de 2.ª classe do quadro privativo da ex-CCRN, nomeado nos termos do artigo 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, técnico superior principal do mesmo quadro, com efeitos a partir de 5 de Junho de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Novembro de 2008. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

#### Aviso n.º 28631/2008

Por despacho do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de 17 de Novembro de 2008, com parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi José António Van Der Kellen Pinto, assistente administrativo do quadro privativo da ex-CCRN, nomeado nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, técnico superior de 2.ª classe do mesmo quadro, com efeitos a partir de 17 de Novembro de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Novembro de 2008. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

#### Despacho (extracto) n.º 30974/2008

1 — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 39.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro e ao abrigo do Despacho n.º 2061/2008, publicado no DR, 2.ª série — n.º 13 — de 18 de Janeiro de 2008, em que pelo Sr. Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo me foram delegadas e subdelegadas competências com poderes de subdelegação, subdelego na Directora dos Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira, licenciada Maria Helena dos Santos Lopes Curto, as competências para a prática dos seguintes actos:

1.1 — Autorizar despesas com aquisição de bens e serviços até ao limite de € 5.000,00;

1.2 — Autorizar o processamento da despesa e a arrecadação da receita;

1.3 — Prorrogar, nos termos legais os prazos para os funcionários aceitarem as respectivas nomeações ou tomarem posse;

1.4 — Autorizar a atribuição de abonos e regalias a que os funcionários tenham direito, nos termos da lei;

1.5 — Praticar todos os actos relativos à aposentação do pessoal, salvo nos casos de aposentação compulsiva, e, em geral, todos os actos respeitantes ao regime de segurança social, incluindo os referentes a acidentes em serviço;

1.6 — Autorizar a constituição e a reconstituição de fundos de maneio;

1.7 — Autorizar despesas eventuais de representação dos serviços, bem como as de carácter excepcional;

1.8 — Proceder às diligências necessárias à inscrição do pessoal nos respectivos regimes de segurança social e à entrega das respectivas participações;

1.9 — Autorizar os processamentos referentes aos abonos devidos por deslocações em serviço, despesas com aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

1.10 — Requerer a apresentação à junta médica ordinária e extraordinária da Caixa Geral de Aposentações;

1.11 — Autorizar a prestação de trabalho extraordinário pelo pessoal do serviço que dirige, observados os condicionalismos legais;

1.12 — Autorizar deslocações em serviço em território nacional relativamente ao pessoal do serviço que dirige, qualquer que seja o meio de transporte, sujeito a informação mensal posterior;

1.13 — Assinar a correspondência e outra documentação relativa às matérias ora subdelegadas.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados que se incluam no seu âmbito.

17 de Novembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Paula Cristina Cunha*.

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

#### Despacho (extracto) n.º 30975/2008

Por despacho do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, de 10 de Novembro de 2008, foi autorizada a integração do pessoal dos Gabinetes de Apoio Técnico da Região do Algarve, a seguir discriminado, nos quadros de pessoal da CCDR Algarve, ao abrigo da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, conjugada com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 201/2008, de 9 de Outubro e artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, com efeitos reportados a 10 de Outubro de 2008:

Nome	Grupo de pessoal/Categoria
José Alberto Simões de Brito	Técnico superior/Assessor principal.
Maria Amélia Fonseca dos Santos	Técnico superior/Assessor.
Vivaldo Vicente Teixeira Gonçalves.	Técnico superior/Técnico superior de 1.ª classe.
Filipe Manuel de Sousa Coelho Conceição.	Técnico superior/Técnico superior de 1.ª classe.
José Manuel Brás Cardoso Bernardino.	Técnico/Técnico de 1.ª classe.
Maria Clara da Costa Moura .	Técnico-Profissional/Desenhador especialista principal.
João Paulo Moura Merlin Nobre.	Operário/Impressor de artes gráficas.
Amália Garcia da Silva . . . . .	Auxiliar/Auxiliar administrativo.

13 de Novembro de 2008. — A Directora de Serviços de Comunicação e de Gestão Administrativa e Financeira, *Ana Lúcia Cabrita Guerreiro*.

#### Despacho (extracto) n.º 30976/2008

Por despacho de 01 de Novembro de 2008 do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, reconhecendo a urgente conveniência de serviço:

Ana Isabel Mascarenhas Neto, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Algarve — nomeada definitivamente na categoria de técnico superior principal, escalão 1, índice 510, da carreira de técnico superior, do mesmo quadro de pessoal, nos termos do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, por lhe ter sido atribuída a classificação de “Excelente” na avaliação do